

## Notas Explicativas

### 1. Estrutura institucional do Órgão

A estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, é composta por 18 unidades, pertencentes à administração indireta do Ministério da Educação, sendo 17 unidades constituídos sob a forma de autarquias, e 01 unidade como campus avançado.

#### Quadro 1 – Quadro síntese das unidades vinculadas ao IFRS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL					
Nº	SEDE	CNPJ	UG	GESTÃO	CONSTITUIÇÃO
1	IFRS - REITORIA	10.637.926/0001-46	158141	26419	AUTARQUIA/UG
2	IFRS - CAMPUS BENTO GONÇALVES	10.637.926/0002-27	158264	26419	AUTARQUIA/UG
3	IFRS - CAMPUS PORTO ALEGRE	10.637.926/0003-08	158261	26419	AUTARQUIA/UG
4	IFRS - CAMPUS SERTÃO	10.637.926/0004-99	158263	26419	AUTARQUIA/UG
5	IFRS - CAMPUS RIO GRANDE	10.637.926/0005-70	158262	26419	AUTARQUIA/UG
6	IFRS - CAMPUS CANOAS	10.637.926/0006-50	158265	26419	AUTARQUIA/UG
7	IFRS - CAMPUS OSÓRIO	10.637.926/0007-31	158327	26419	AUTARQUIA/UG
8	IFRS - CAMPUS RESTINGA	10.637.926/0008-12	158326	26419	AUTARQUIA/UG
9	IFRS - CAMPUS ERECHIM	10.637.926/0009-01	158325	26419	AUTARQUIA/UG
10	IFRS - CAMPUS CAXIAS DO SUL	10.637.926/0010-37	158328	26419	AUTARQUIA/UG
11	IFRS - CAMPUS FARROUPILHA	10.637.926/0011-18	158674	26419	AUTARQUIA/UG
12	IFRS - CAMPUS IBIRUBA	10.637.926/0012-07	158675	26419	AUTARQUIA/UG
13	IFRS - CAMPUS FELIZ	10.637.926/0013-80	158676	26419	AUTARQUIA/UG
14	IFRS - CAMPUS VACARIA	10.637.926/0014-60	158744	26419	AUTARQUIA/UG
15	IFRS - CAMPUS ROLANTE	10.637.926/0015-41	158743	26419	AUTARQUIA/UG
16	IFRS - CAMPUS ALVORADA	10.637.926/0016-22	158745	26419	AUTARQUIA/UG
17	IFRS - CAMPUS VIAMÃO	10.637.926/0017-03	158746	26419	AUTARQUIA/UG
18	IFRS - CAMPUS AVANÇADO VERANÓPOLIS	NÃO POSSUE	155129	26419	AUTARQUIA/UGR

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SIAFI.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (DCON IFRS) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON IFRS consolidam as contas das Unidades Gestoras integrantes do Órgão.

As estruturas e a composição das DCON IFRS estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON IFRS são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;
- VII. Notas Explicativas.

---

## 2 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional do IFRS é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

(d) Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Em relação aos estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(j) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(k) Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário e;
- III. Financeiro.

(k.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas

tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### (k.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### (k.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### 3 – Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houveram, ao longo do 1º trimestre de 2018, mudanças nas práticas e procedimentos contábeis adotados pelo IFRS.

### 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda.

Em 31/03/2018, o item mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo tesouro”, 86,82% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2017:

**Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição**

	R\$			
	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	164.636,25	157.915,37	4,26	13,18
Recursos Liberados pelo Tesouro	1.084.658,60	1.095.800,38	- 1,02	86,82
<b>Total</b>	<b>1.249.294,85</b>	<b>1.253.715,75</b>	<b>3,24</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

(a) Bancos Conta Movimento – Demais Contas

Os recursos deste grupo referem-se aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade de caução.

(b) Recursos Liberados pelo Tesouro

A seguir está representada a composição dos recursos liberados pelo tesouro perfazendo, em maior montante, os Recursos não financeiros diretamente arrecadados, equivalente à receita própria do órgão, em 78% do total de recursos do 1º trimestre de 2018.

**Tabela 2 - Recursos Liberados pelo Tesouro - Composição**

	R\$				
	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)	
RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	846.121,39	1.046.332,91	-	19,13	78,01
RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	196.913,98	47.582,33		313,84	18,15
RECURSOS ORDINARIOS	34.296,31	-		#DIV/0!	3,16
RECURSOS DIVERSOS	7.023,88	-		#DIV/0!	0,65
CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICO	303,04	1.885,14	-	83,92	0,03
<b>Total</b>	<b>1.084.658,60</b>	<b>1.095.800,38</b>	-	<b>1,02</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

## 5 – Créditos a Curto Prazo

Os créditos a curto prazo do IFRS no 1º trimestre de 2018 podem ser divididos em três grupos, conforme segue, sendo composto de Adiantamentos concedidos, em 99% do total:

**Tabela 3 - Créditos a Curto Prazo - Composição**

	R\$				
	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)	
Clientes	5.878,00	5.878,00	-		0,09
Adiantamentos Concedidos	6.470.797,22	5.134.527,88		26,03	99,89
Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	1.123,12	-		#DIV/0!	0,02
<b>Total</b>	<b>6.477.798,34</b>	<b>5.140.405,88</b>		<b>26,02</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

(a) Clientes

“Clientes” são Faturas ou Duplicatas a Receber de vendas a prazo realizadas pelo Campus Bento Gonçalves, anteriores a 2011 e 2012, cujo respectivo pagamento não foi realizado até 31/03/2018. Após 2012, não foi mais permitida a venda a prazo e a entrega das mercadorias acontece mediante apresentação do comprovante de pagamento.

(b) Adiantamentos Concedidos

São adiantamentos concedidos: adiantamento de 13º salário, férias, salários e ordenados e suprimento de fundos, este último, aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, que consiste na entrega de numerário a servidor para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesas, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos casos e valores limites definidos em Lei. A Tabela 4 a seguir representa a composição dos Adiantamentos Concedidos no 1º trimestre.

**Tabela 4 - Adiantamentos Concedidos - Composição**

	R\$			
	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
13 Salario - adiantamento	4.950.114,67	4.241.473,31	16,71	76,50
Adiantamento de Férias	1.153.991,00	-	#DIV/0!	17,83
Salários e Ordenados - pagamento antecipado	353.191,55	893.054,57	- 60,45	5,46
Suprimento de Fundos - adiantamento	13.500,00	-	#DIV/0!	0,21
<b>Total</b>	<b>6.470.797,22</b>	<b>5.134.527,88</b>	<b>26,03</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

(c) Outros Créditos e Valores a Curto Prazo

## 6 – Estoques

Os estoques do IFRS estão distribuídos conforme seguem:

**Tabela 5 - Estoques - Composição**

	R\$			
	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Mercadorias para Revenda	51.704,75	51.704,75	-	1,24
Almoxarifado	3.739.412,12	3.583.724,18	4,34	89,45
Outros estoques	389.357,28	373.540,31	4,23	9,31
<b>Total</b>	<b>4.180.474,15</b>	<b>4.008.969,24</b>	<b>4,28</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

(a) Mercadorias para Revenda

?? C. Bento

(b) Almoxarifado

O IFRS armazena diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais de almoxarifado em elaboração, em Almoxarifado, no total de 89% do total de Estoques.

(c) Outros estoques

Os outros estoques do IFRS estão distribuídos conforme segue:

**Tabela 6 - Outros Estoques - Composição**

	R\$			
	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Materiais de Acondicionamento e Embalagem	46.495,92	46.495,92	-	11,94
Estoques para Distribuição	1.151,44	1.151,44	-	0,30
Estoques para Doação e/ou Permuta	177.931,54	162.114,57	9,76	45,70
Estoques de Produtos para Pesquisa	163.778,38	163.778,38	-	42,06
<b>Total</b>	<b>389.357,28</b>	<b>373.540,31</b>	<b>4,23</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

(c1) Materiais de Acondicionamento e Embalagem

(c2) Estoques para Distribuição

Saldo refere-se à estoque de medalhas adquiridas em setembro e novembro de 2017 para premiações em eventos científicos de 2017 do Campus Canoas.

(c3) Estoques para Doação e/ou Permuta

Saldo refere-se à estoque de gêneros alimentícios para merenda escolar destinada aos alunos.

(c4) Estoques de Produtos para Pesquisa

Saldo refere-se à estoque de vegetais sob controle irregular no Campus Bento Gonçalves. O respectivo saldo foi regularizado em 26/04/2018, pela Nota de Sistema de número 715.

## 7 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

A Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente constitui-se de despesas pagas antecipadamente à título de prêmio de seguros, com maior representatividade, assinaturas e anuidades, tributos e serviços, com evolução de saldo conforme segue:

Tabela 7 - VPD Paga Antecipadamente - Composição

	R\$			
	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Prêmios de Seguros a Apropriar	19.772,85	32.144,10	- 38,49	63,32
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	5.336,93	2.408,00	121,63	17,09
Tributos Pagos a Apropriar	2.405,36	-	#DIV/0!	7,70
Demais VPD a Apropriar	3.714,10	5.025,10	- 26,09	11,89
<b>Total</b>	<b>31.229,24</b>	<b>39.577,20</b>	<b>- 21,09</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

## 8 – Imobilizado

O Imobilizado do IFRS está segregado em dois grupos: (i) bens móveis e; (ii) bens imóveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em 31/03/2018 e em 31/12/2017.

Tabela 8 - Imobilizado - Composição

	R\$			
	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
<b>Bens Móveis</b>	<b>55.772.655,21</b>	<b>55.820.797,21</b>	<b>- 0,09</b>	<b>19,39</b>
(+) Valor Bruto Contábil	99.185.813,88	97.758.822,81	1,46	34,48
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.	- 43.413.158,67	- 41.938.025,60	3,52	- 15,09
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	#DIV/0!	-
<b>Bens Imóveis</b>	<b>231.905.685,61</b>	<b>208.661.153,93</b>	<b>11,14</b>	<b>80,61</b>
(+) Valor Bruto Contábil	232.652.306,73	209.208.109,46	11,21	80,87
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.	- 746.621,12	- 546.955,53	36,50	- 0,26
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	#DIV/0!	-
<b>Total</b>	<b>287.678.340,82</b>	<b>264.481.951,14</b>	<b>8,77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

### Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRS em 31/03/2018 totalizavam R\$ 55,7 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 9 - Bens Móveis - Composição**

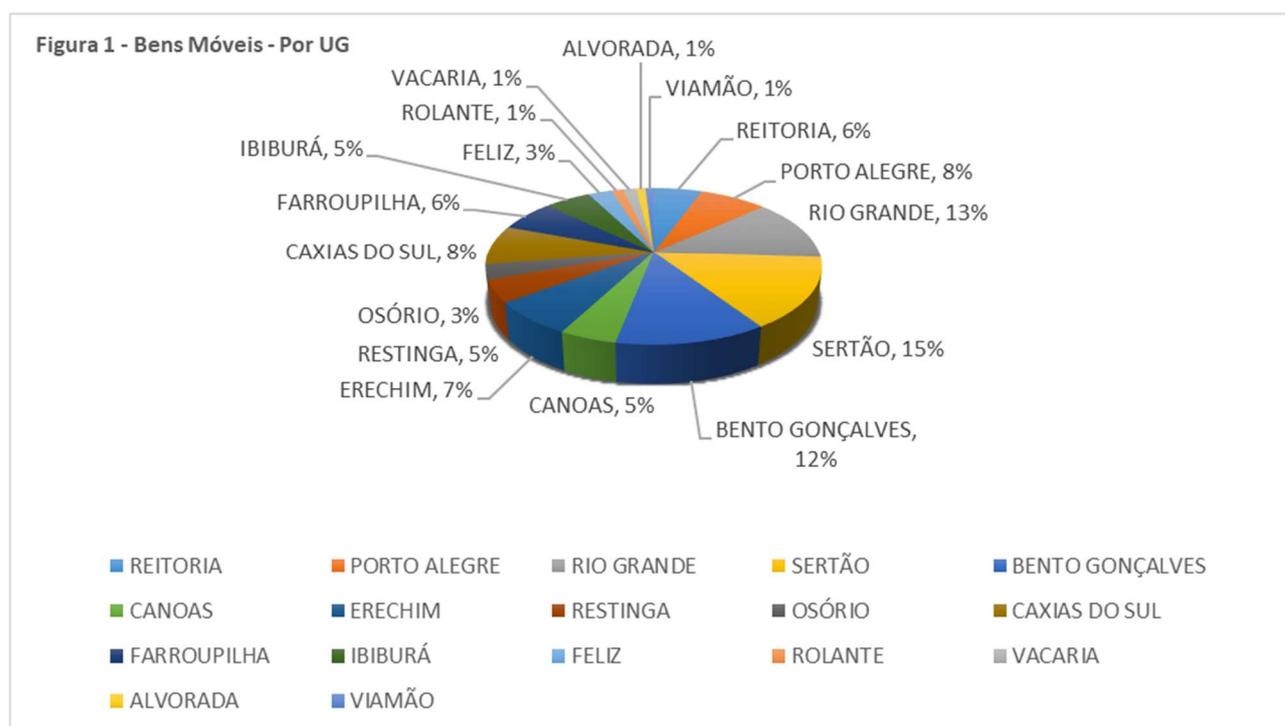
	R\$			
	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	34.034.798,60	33.668.159,95	1,09	61,02
Bens de Informática	23.785.070,97	23.394.213,79	1,67	42,65
Móveis e Utensílios	21.091.851,70	20.926.342,55	0,79	37,82
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	10.649.587,01	10.176.362,55	4,65	19,09
Veículos	5.591.205,61	5.591.205,61	-	10,02
Demais Bens Móveis	3.959.901,54	3.917.734,91	1,08	7,10
Semoventes e Equipamentos de Montaria	73.398,45	84.803,45	- 13,45	0,13
Depreciação / Amortização Acumulada	-43.413.158,67	-41.938.025,60	3,52	- 77,84
<b>Total</b>	<b>55.772.655,21</b>	<b>55.820.797,21</b>	<b>- 0,09</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Em 31/03/2018, verifica-se uma redução dos saldos de bens móveis no âmbito do IFRS de aproximadamente R\$ 48 mil, representando uma variação negativa de aproximadamente 0,09% em relação a 31/12/2017.

No primeiro trimestre de 2018, percebeu-se uma diminuição do saldo contábil referente à baixa de bens semoventes realizadas pelos campi Bento Gonçalves e Ibirubá, mais especificamente, o primeiro, de 2 bovinos fêmeas consideradas inaptas para reprodução, após exames ginecológicos veterinários e o segundo, de bovina fêmea devido a morte por envenenamento botrópico.

Os bens móveis estão distribuídos por Unidades Gestoras, a valores brutos, conforme demonstrado na figura a seguir.



### Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRS, em 31/03/2018, totalizavam aproximadamente R\$ 231,9 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 10 - Bens Imóveis - Composição**

	R\$			
	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	194.913.547,60	166.178.520,86	17,29	84,05
Bens Imóveis em Andamento	37.582.439,85	42.873.269,32	- 12,34	16,21
Instalações	156.319,28	156.319,28	-	0,07
Deprec. / Amort. Acum. De Bens Imóveis	- 746.621,12	546.955,53	- 236,50	- 0,32
<b>Total</b>	<b>231.905.685,61</b>	<b>209.755.064,99</b>	<b>10,56</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a 84,05% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRS, perfazendo o montante aproximado de R\$ 194,9 milhões, em 31/03/2018, a valores brutos.

Em síntese, os bens de uso especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do IFRS são constituídos de imóveis de uso educacional, conforme demonstrado abaixo.

**Tabela 11 - Bens de Uso Especial - Composição**

	R\$			
	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Imóveis de Uso Educacional	179.426.518,14	71.976.282,69	149,29	92,05
Edifícios	8.678.153,47	17.580.244,49	- 50,64	4,45
Autarquias / Fundações	6.808.875,99	40.458.908,26	- 83,17	3,49
<b>Total</b>	<b>194.913.547,60</b>	<b>130.015.435,44</b>	<b>49,92</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

## Receitas

Até o primeiro trimestre de 2018, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 108.169,62, enquanto que as despesas empenhas perfizeram o total de R\$ 336.012.447,71, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 335.904.278,09.

Essa disparidade pode ser justificada pelo fato de que a coluna Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contêm os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelo órgão, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no Balanço Orçamentário (BO), face à metodologia de elaboração do BO por "ente" e não por "órgão/UG".

Para compreender essa situação, devemos nos reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas – dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem aos créditos orçamentários recebidos, e totalizam R\$ 86.677.176,14. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), no montante de R\$ 86.785.345,76, são suficientes para atender às despesas empenhadas e pagas até o primeiro trimestre, que somaram R\$ 84.112.457,83, gerando ainda um resultado financeiro positivo no Balanço Financeiro (BF).

Pela análise da tabela a seguir, as despesas empenhadas (R\$ 336.012.447,71), alcançaram 88,92% do total da Dotação Atualizada (R\$ 377.870.815,00).

**Tabela 11 – Receitas e Despesas por Categoria Econômica**

<b>Categoria Econômica</b>	<b>Previsão/Fixação</b>	<b>Realização/Execução</b>	<b>(%) Real/Exec</b>	<b>(%) AV</b>
Receitas Correntes	1.192.392,00	108.169,62	9,07%	100,00%
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total das Receitas</b>	<b>1.192.392,00</b>	<b>108.169,62</b>	<b>9,07%</b>	<b>100,00%</b>
Despesas Correntes	372.903.585,00	335.999.814,00	90,10%	99,996%
Despesas de Capital	4.967.230,00	12.633,71	0,25%	0,004%
<b>Total das Despesas</b>	<b>377.870.815,00</b>	<b>336.012.447,71</b>	<b>88,92%</b>	<b>100,00%</b>
Superávit/(Déficit)	-376.678.423,00	-335.904.278,09	0,00%	0,00%

Fonte: SIAFI, 2018.

Na tabela a seguir, verifica-se que até o primeiro trimestre de 2018, a Previsão Atualizada da Receita do MEC consignada na LOA, deduzida das respectivas anulações ou cancelamentos, foi de R\$ 1.192.392,00, representando uma redução da ordem de 5,41%, em relação ao exercício anterior. Quanto à Despesa Fixada (Dotação Atualizada), o total foi de R\$ 377.870.815,00, representando um acréscimo de 9,48%, se comparada com o exercício anterior.

**Tabela 12 – Receitas e Despesas – Previsão Atualizada X Dotação Atualizada**

<b>Categoria Econômica</b>	<b>Previsão/Fixação 03/2018</b>	<b>Previsão/Fixação 03/2017</b>	<b>(%) AH</b>
Receitas Correntes	1.192.392,00	1.260.538,00	-5,41%
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00%
<b>Total das Receitas</b>	<b>1.192.392,00</b>	<b>1.260.538,00</b>	<b>-5,41%</b>
Despesas Correntes	372.903.585,00	340.175.078,00	9,62%
Despesas de Capital	4.967.230,00	4.989.895,00	-0,45%
<b>Total das Despesas</b>	<b>377.870.815,00</b>	<b>345.164.973,00</b>	<b>9,48%</b>

Fonte: SIAFI 2017, 2018.

Comparando-se as receitas realizadas até o primeiro trimestre de 2018 com o mesmo período de 2017, verifica-se que as receitas correntes apresentaram uma redução em sua arrecadação, na ordem de (- 83,23%)

As receitas correntes tiveram um decréscimo de - 83,23%, a redução, em termos monetários, foi de R\$ 536.921,03. Este resultado se deve principalmente em razão da concentração de arrecadação de inscrição em processos seletivos no primeiro trimestre de 2017, bem acima do valor inicialmente previsto.

São da categoria econômica de “Receitas Correntes”, que se destinam os recursos para pagamento de pessoal, encargos sociais e as despesas de custeio que financiam as atividades de manutenção administrativa, denominada de Outras Receitas Correntes.

**Tabela 13 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Categoria Econômica**

<b>Categoria Econômica</b>	<b>Realização/Execução MARÇO 2018</b>	<b>Realização/Execução MARÇO 2017</b>	<b>(%) Real/Exec</b>
Receitas Correntes	108.169,62	645.090,65	-83,23%
Receitas de Capital	0,00	0,00	#DIV/0!
<b>Total das Receitas</b>	<b>108.169,62</b>	<b>645.090,65</b>	<b>-83,23%</b>

Fonte: SIAFI 2017, 2018.

Na tabela seguinte, verifica-se que a maior concentração de receitas está em Receitas Correntes e que se comparadas entre iguais períodos dos exercícios de 2017 e 2018, observamos um decréscimo significativo com destaque para Receita Agropecuária e Inscrição em Concursos e Processos Seletivos.

**Tabela 14 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Natureza da Receita**

<b>Ano Lançamento</b>		<b>2018</b>	<b>2017</b>		
<b>Natureza Receita</b>		<b>Receitas Realizadas</b>	<b>Receitas Realizadas</b>	<b>AH</b>	<b>AV/17</b>
13100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	17.086,68	11.304,60	51,15%	15,80%
13100112	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-MULTAS E JUROS	118,87	8,64	1275,81%	0,11%
14000011	RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	36.553,26	76.320,66	-52,11%	33,79%
15000011	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	4.731,61	2.675,01	76,88%	4,37%
16100111	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	33.167,26	21.993,10	50,81%	30,66%
16100211	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL		497.761,88	-100,00%	0,00%
19100111	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	4.333,50	4.824,00	-10,17%	4,01%
19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	2.714,72		#DIV/0!	2,51%
19210111	INDENIZ.P/DANOS CAUSADOS AO PATR.PUB.-PRINC.	933,32		#DIV/0!	0,86%
19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	8.513,05	13.714,73	-37,93%	7,87%
19220612	RESTIT.DE DESPESAS EXERC.ANTERIORES-MUL.JUR.	17,35		#DIV/0!	0,02%
19229911	OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL		16.435,87	-100,00%	0,00%
19239911	OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL		52,16	-100,00%	0,00%
<b>Total</b>		<b>108.169,62</b>	<b>645.090,65</b>	<b>-83,23%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI 2017, 2018

## Despesas

A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Na tabela abaixo, estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes: enquanto que o grupo de Investimentos, refere-se à categoria Despesas de Capital.

Pelos dados da tabela, todos os grupos de despesa tiveram uma evolução do primeiro trimestre de 2017 para o mesmo período de 2018, com destaque para Pessoal e Encargos Sociais, apresentou o acréscimos de 12,19%, enquanto os Investimentos apresentaram uma redução na ordem de (0,45)%.

Analisando o total das despesas empenhadas em relação ao total da dotação atualizada, foram executadas no exercício 2018 o equivalente a 88,92%, do orçamento previsto. A execução neste montante se justifica em razão de que a maior parte das despesas de pessoal foi empenhada de acordo com a previsão de gastos no exercício.

**Tabela 15– Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição**

Item Informação		13		23			
		DOTACAO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS			
Métrica		Saldo R\$ (Item Informação)		Saldo R\$ (Item Informação)			
Grupo Despesa		MAR/2018	MAR/2017	MAR/2018	MAR/2017	AH 2018 DOT	AH 2018 EMP/DOT
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	297.529.280,00	265.205.230,00	294.010.680,50	256.115.371,55	12,19	98,82
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.374.305,00	74.969.848,00	41.989.133,50	22.252.354,64	0,54	55,71
4	INVESTIMENTOS	4.967.230,00	4.989.895,00	12.633,71	40.861,61	(0,45)	0,25
<b>Total</b>		<b>377.870.815,00</b>	<b>345.164.973,00</b>	<b>336.012.447,71</b>	<b>278.408.587,80</b>	<b>9,48</b>	<b>88,92</b>

Fonte: SIAFI 2017, 2018

Ainda sobre a análise das despesas, verifica-se que o maior volume de gastos (despesas empenhadas), se concentra em Pessoal no montante de R\$ 294.010.680,50, representando um acréscimo na ordem de 14,80% em relação ao mesmo período de 2017. Já quanto ao grupo de outras despesas correntes, as despesas que experimentaram maior crescimento foram referentes a de materiais, bens ou serviço para distribuição gratuita (3390.32), com acréscimo de 733,19%, devido a aquisição de materiais destinados a distribuição para comunidade escolar nos diversos Campi, cujo processamento se deu em período diferente das aquisições do exercício anterior, porém tende a se manter nos mesmos níveis do que fora executado em 2017, e concessão de auxílio financeiro a estudantes (3390.18), com acréscimo de 327,64%. Ao final se consideradas todas as naturezas de despesas, este grupo de alcançou variação em relação ao mesmo período do exercício de 2017, equivalente a um acréscimo de 88,70%, em razão de que muitas despesas são cíclicas e precisam ser realizadas neste primeiro trimestre, impactando diretamente este percentual, tais como empenho de vários contratos de serviços terceirizados. Quanto às despesas de capital, no exercício de 2018 empenhamos menos do que no exercício de 2017, representado um decréscimo de 69,08%, também em virtude das reduções orçamentárias na categoria de gastos de investimentos e da própria liberação de limite de recursos orçamentários até o trimestre analisado.

**Tabela 16 – Despesas Fixadas e Empenhadas por Natureza da Despesa – Composição**

Grupo Despesa	Item Informação	13				23		AH 2018 DOT	AH 2018 EMP/EMP
		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS					
		Saldo R\$ (Item Informação)		Saldo R\$ (Item Informação)					
Natureza Despesa	MAR/2018	MAR/2017	MAR/2018	MAR/2017					
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	319000 APLICACOES DIRETAS	2.651.598,01	9.089.858,45			(70,83)	#DIV/0!	
		319001 APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	15.379.286,39	15.913.039,20	15.379.286,39	15.913.039,20	(3,35)	(3,35)	
		319003 PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	3.865.321,04	2.824.524,20	3.865.321,04	2.824.524,20	36,85	36,85	
		319004 CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	6.649.395,12	7.448.194,08	6.649.395,12	7.448.194,08	(10,72)	(10,72)	
		319007 CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	937.184,55	587.807,40	937.184,55	587.807,40	59,44	59,44	
		319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	221.660.346,06	190.468.627,72	221.660.346,06	190.468.627,72	16,38	16,38	
		319016 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	360.778,46	509.332,80	360.778,46	509.332,80	(29,17)	(29,17)	
		319091 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.174.890,26	414.925,44	307.888,77	414.925,44	183,16	(25,80)	
		319092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	535.640,79	229.984,03	535.640,79	229.984,03	132,90	132,90	
		319094 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	27.542,40		27.542,40		#DIV/0!	#DIV/0!	
		319096 RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	595.000,00	200.000,00	595.000,00	200.000,00	197,50	197,50	
		319100 APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-ORÇAMENTARIAS	0,00	0,00			#DIV/0!	#DIV/0!	
		319104 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.389.922,92	1.515.046,44	1.389.922,92	1.515.046,44	(8,26)	(8,26)	
		319113 OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORÇAMENTARIAS	42.302.374,00	36.002.166,92	42.302.374,00	36.002.166,92	17,50	17,50	
		319192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.723,32		1.723,32	(100,00)	(100,00)	
		<b>Total</b>		<b>297.529.280,00</b>	<b>265.205.230,00</b>	<b>294.010.680,50</b>	<b>256.115.371,55</b>	<b>12,19</b>	<b>14,80</b>
		3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	335000 TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	67.712,00	34.191,00			98,04
335041 CONTRIBUICOES				3.500,00		3.500,00	(100,00)	(100,00)	
339000 APLICACOES DIRETAS	32.104.817,99			52.058.493,02			(38,33)	#DIV/0!	
339004 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.155.219,64			837.806,87	1.155.219,64	837.806,87	37,89	37,89	
339008 OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.540.264,50			1.206.331,31	1.540.264,50	1.206.331,31	27,68	27,68	
339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	434.202,00			165.618,21	438.309,00	171.837,03	162,17	155,07	
339018 AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.272.628,22			1.128.011,00	5.016.129,60	1.172.981,00	367,43	327,64	
339020 AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	202.200,00			21.100,00	67.600,00	17.500,00	858,29	286,29	
339030 MATERIAL DE CONSUMO	747.408,00			486.554,28	742.197,58	485.264,11	53,61	52,95	
339032 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIB. GRATUITA	417.796,32			30.614,80	255.079,80	30.614,80	1.264,69	733,19	
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	207.047,80			124.849,39	186.931,80	134.849,39	65,84	38,62	
339035 SERVICOS DE CONSULTORIA	4.224,00				4.224,00		#DIV/0!	#DIV/0!	
339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	323.477,08			542.688,66	338.977,08	543.173,14	(40,39)	(37,59)	
339037 LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA				42.096,03		42.096,03	(100,00)	(100,00)	
339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.346.154,61			5.973.765,64	15.102.021,90	5.884.365,86	156,89	156,65	
339040 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	285.705,19				263.865,19		#DIV/0!	#DIV/0!	
339046 AUXILIO-ALIMENTACAO	10.507.943,33			6.927.374,88	10.507.943,33	6.927.374,88	51,69	51,69	
339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	51.930,94			21.250,05	51.730,94	21.250,05	144,38	143,44	
339049 AUXILIO-TRANSPORTE	2.477.229,40			1.653.584,14	2.477.229,40	1.653.584,14	49,81	49,81	
339059 PENSOES ESPECIAIS	24.912,00			22.704,00	24.912,00	22.704,00	9,73	9,73	
339091 SENTENÇAS JUDICIAIS	6.842,83						#DIV/0!	#DIV/0!	
339092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44.477,45			61.774,20	44.477,45	61.647,05	(28,00)	(27,85)	
339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.411.063,85			2.913.533,68	3.404.037,64	2.910.533,68	17,08	16,96	
339096 RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	111.000,00			30.000,00	111.000,00	30.000,00	270,00	270,00	
339100 APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-ORÇAMENTARIAS	375.165,20			589.052,43			(36,31)	#DIV/0!	
339139 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	235.913,37			74.841,28	235.813,37	74.841,28	215,22	215,08	
339147 OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB. OP.INTRA-ORÇAMENTARIAS	15.590,42			4.845,42	17.790,42	4.845,42	221,76	267,16	
339192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.378,86	15.267,71	3.378,86	15.254,60	(77,87)	(77,85)			
<b>Total</b>		<b>75.374.305,00</b>	<b>74.969.848,00</b>	<b>41.989.133,50</b>	<b>22.252.354,64</b>	<b>0,54</b>	<b>88,70</b>		
4	INVESTIMENTOS	449000 APLICACOES DIRETAS	4.954.596,29	4.924.033,39			0,62	#DIV/0!	
		449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	7.534,80	1.200,00	7.534,80	1.200,00	527,90	527,90	
		449051 OBRAS E INSTALACOES	1.614,16	49.061,33	1.614,16	29.061,33	(96,71)	(94,45)	
		449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.484,75	15.584,11	3.484,75	10.584,11	(77,64)	(67,08)	
		449092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		16,17		16,17	(100,00)	(100,00)	
<b>Total</b>		<b>4.967.230,00</b>	<b>4.989.895,00</b>	<b>12.633,71</b>	<b>40.861,61</b>	<b>(0,45)</b>	<b>(69,08)</b>		
<b>Total</b>		<b>377.870.815,00</b>	<b>345.164.973,00</b>	<b>336.012.447,71</b>	<b>278.408.587,80</b>	<b>9,48</b>	<b>20,69</b>		

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

**Restos a Pagar**

Para elaboração desta nota explicativa considerou-se a Execução dos Restos a Pagar Processados – RPP e Não Processados – RPNP, referente à execução pelo Órgão.

No encerramento do exercício de 2017 o IFRS havia inscrito em RPP, considerando também os RPP reinscritos, despesas no montante de R\$ 900.638,54. No encerramento do exercício de 2016, a inscrição e reinscrição de RPP, foi de R\$ 1.311.393,84, representando um decréscimo de 31,24%, conforme demonstrado na tabela adiante. Os Restos a Pagar Processados, correspondem às despesas que foram empenhadas e liquidadas até a data do encerramento do exercício, porém, pendentes de pagamento.

Quanto aos RPNP, no exercício de 2017, considerando-se inscritos e reinscritos, atingiram o montante de R\$ 23.659.396,12, enquanto que no exercício de 2016 foi na ordem de R\$ 28.448.526,39, representando um decréscimo de 16,83%. Os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas não foram liquidadas (executadas), até 31 de dezembro.

**Tabela 17 – Restos a Pagar Processados e Não Processados Inscritos e Reinscritos**

<b>RPP INSCRITOS E REINSCRITOS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>AH</b>
RPP INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	895.225,28	1.302.020,67	- 31,24
RPP INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.413,26	9.373,17	- 42,25
<b>TOTAL</b>	<b>900.638,54</b>	<b>1.311.393,84</b>	<b>- 31,32</b>
<b>RPNP INSCRITOS E REINSCRITOS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>AH</b>
RPNP INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	18.454.059,48	25.951.847,32	- 28,89
RPNP INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.205.336,64	2.496.679,07	108,49
<b>TOTAL</b>	<b>23.659.396,12</b>	<b>28.448.526,39</b>	<b>- 16,83</b>

Fonte: SIAFI 2016, 2017, 2018.

A tabela seguinte demonstra que até o primeiro trimestre do exercício de 2018, foram executados (pagos e liquidados), 64,89% e 41,56% do total das despesas inscritas na rubrica de RPP e RPNP, respectivamente (Correntes e de Capital).

Detalhando-se a execução das despesas por Categoria Econômica, as Despesas Correntes apresentaram a maior execução, correspondendo a 57,84% e 50,99%, e as Despesas de Capital, a 93,44% e 23,69%, respectivamente.

As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossário>)

**Tabela 18 – Execução de RPP e RPNP – Por Categoria Econômica**

EXECUÇÃO DE RPP	1	2	(3) = (1) - (2)	4	(5) = (4) / (3)
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>RPP INSCRITOS + REINSCRITOS</b>	<b>RPP CANCELADOS</b>	<b>RPP INSCRITOS (-) CANCELADOS</b>	<b>RPP PAGOS</b>	<b>% EXEC</b>
DESpesas CORRENTES	723.818,20	7.069,68	716.748,52	414.597,29	57,84
DESpesas DE CAPITAL	176.820,34	0,00	176.820,34	165.220,89	93,44
<b>TOTAL</b>	<b>900.638,54</b>	<b>7.069,68</b>	<b>893.568,86</b>	<b>579.818,18</b>	<b>64,89</b>
EXECUÇÃO DE RPNP	1	2	(3) = (1) - (2)	4	(5) = (4) / (3)
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>RPNP INSCRITOS + REINSCRITOS</b>	<b>RPNP CANCELADOS</b>	<b>RPNP INSCRITOS (-) CANCELADOS</b>	<b>RPNP LIQUIDADOS E PAGOS</b>	<b>% EXEC</b>
DESpesas CORRENTES	15.575.055,24	287.378,56	15.287.676,68	7.795.274,66	50,99
DESpesas DE CAPITAL	8.084.340,88	23.576,88	8.060.764,00	1.909.296,06	23,69
<b>TOTAL</b>	<b>23.659.396,12</b>	<b>310.955,44</b>	<b>23.348.440,68</b>	<b>9.704.570,72</b>	<b>41,56</b>

Fonte: SIAFI 2017,2018